

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Teve este Grupo Parlamentar conhecimento de intervenção de 9 agentes da PSP por denúncias homofóbicas que visaram um casal de lésbicas, por se encontrarem a namorar no jardim do Arco do Cego, freguesia das Avenidas Novas, em Lisboa.

O referido casal encontrava-se no jardim, sentadas perto uma da outra, quando foram interpeladas por um senhor com um discurso homofóbico, que lhes perguntou se achavam bem o que estavam a fazer, entre outros impropérios. Pouco tempo depois o mesmo casal é interpelado por agentes da PSP, que as informaram que tinham recebido várias queixas.

A interpelação dos agentes foi registada em vídeo, que se encontra a circular nas redes sociais, e atesta a estupefação de quem estava por perto e presenciou os factos.

A ser verdade o ocorrido, não se compreende a resposta desproporcional da PSP, mobilizando 9 agentes para tomar conta de uma ocorrência desta natureza. A PSP deveria ter-se limitado a esclarecer os alegados denunciadores que neste país não se discrimina atos de namoro, sejam eles praticados por heterossexuais ou por homossexuais. O respaldo a denúncias homofóbicas perpetua preconceitos e atos de violência contra casais homossexuais, assumindo este comportamento uma maior gravidade quando praticado por agentes cujo papel é defender o cidadão e a lei.

A igualdade entre cidadãos, apesar de se encontrar prevista e protegida na nossa lei, deve concretizar-se todos os dias, atentando contra a mesma os atos alegadamente praticados, devendo assim apurar-se a sua veracidade.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro da Administração Interna, as seguintes perguntas:

1 - Tem o Ministério da Administração Interna conhecimento desta situação?

2 – Que ações vão ser tomadas pelo Ministério da Administração Interna para que seja apurada a veracidade dos factos alegados?

3 – Que ações vão ser tomadas pelo Ministério da Administração Interna para que situações como a ocorrida não se repitam no futuro?

Palácio de São Bento, 26 de maio de 2021

Deputado(a)s

FABÍOLA CARDOSO(BE)

BEATRIZ GOMES DIAS(BE)

ISABEL PIRES(BE)

FABIAN FIGUEIREDO(BE)